

**O APADRINHAMENTO DE ESCRAVOS ADULTOS
(SÃO JOÃO DEL REI, 1730-1850)[#]**

Profa. Dra. Sílvia Maria Jardim Brügger*
(DECIS –UFSJ)

I. Apadrinhamento de Escravos Adultos: Características Gerais

Nesta comunicação abordo o apadrinhamento de escravos adultos, em São João del Rei, entre 1730 e 1850. Como observado para outras regiões, até 1760, é majoritária a escolha por padrinhos escravos. Este dado tem sido interpretado pela historiografia como sinal de que a escolha seria feita pelo proprietário, que, normalmente, indicava um outro cativo seu, já antigo na escravaria, como padrinho, objetivando que este ajudasse o afilhado a se ambientar no cativoiro. Roberto Guedes Ferreira, citando o viajante Debret, destaca o costume dos senhores escolherem escravos mais “velhos” ou “virtuosos” para apadrinharem africanos adultos; bem como a responsabilidade dos padrinhos para com os afilhados em sua adaptação ao cativoiro¹.

**Tabela 1
Condição dos Padrinhos de Escravos Adultos, por décadas**

<i>Cond. Pd. Décadas</i>	<i>Livre</i>	<i>Escravo</i>	<i>Forro</i>	<i>S/Pd.</i>	<i>Total</i>
1736-1740	59 15,5%	298 78,0%	20 5,2%	5 1,3%	382 100%
1741-1750	65 19,6%	245 73,8%	20 6,0%	2 0,6%	332 100%
1751-1760	32 28,6%	72 64,3%	8 7,1%	-	112 100%
1761-1770	96 41,0%	96 41,0%	36 15,4%	6 2,6%	234 100%
1771-1780	29 48,3%	25 41,7%	6 10,0%	-	60 100%
1781-1790	89 49,4%	77 42,8%	12 6,7%	2 1,1%	180 100%
1791-1800	41 53,3%	29 37,7%	7 9,0%	-	77 100%
1801-1810	11 55,0%	3 15,0%	4 20,0%	2 10,0%	20 100%
1811-1820	246 66,7%	112 30,3%	8 2,2%	3 0,8%	369 100%
1821-1830	254 75,8%	76 22,7%	5 1,5%	-	335 100%
1831-1840	91 67,4%	41 30,4%	3 2,2%	-	135 100%
1841-1850	13 68,4%	6 31,6%	-	-	19 100%

Fonte: MNSP. Registros Paroquiais de Batismo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, 1736 – 1850.

No entanto, como se pode observar na Tabela 2, não foram essas décadas as que apresentaram maior presença de padrinhos escravos do mesmo senhor que o do batizando. Ao contrário, em momentos em que a opção por padrinhos cativos diminuiu, houve crescimento em termos percentuais da escolha interna à escravaria. Indício talvez de que a maior opção por padrinhos livres não se

deu em detrimento daquela por cativos da mesma unidade, mas sim da escolha de cativos de fora dela.

Tabela 2
Padrinhos Escravos da Mesma Escravaria que o Batizando

	<i>Pd. Escravo da mesma escravaria que o batizando</i>		<i>Pd. Escravo</i>
1736-1740	93	31,2%	298
1741-1750	41	16,7%	245
1751-1760	13	18,0%	72
1761-1770	22	22,9%	96
1771-1780	13	52,0%	25
1781-1790	32	41,6%	77
1791-1800	19	65,5%	29
1801-1810	2	66,7%	3
1811-1820	52	46,4%	112
1821-1830	28	36,8%	76
1831-1840	9	21,9%	41
1841-1850	2	33,3%	6
Total	326	30,2%	1080

Fonte: MNSP. Registros Paroquiais de Batismo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, 1736 – 1850.

Ora, se a presença de padrinhos cativos do mesmo senhor que o batizando é interpretada como sinal de uma escolha senhorial, parece-me que os dados de São João del Rei permitem questionar se a tendência predominante foi realmente esta. Ou seja, não seriam os próprios batizados que escolheriam seus padrinhos? Sheila de Castro Faria, referindo-se ao batismo de crianças, é categórica ao afirmar que “seria absurdo supor senhores indicando como padrinhos de seus cativos escravos de outros donos”². Deve se lembrar, também, que o tamanho das escravarias é uma variável importante a ser considerada. Predominando em São João escravarias de menor tamanho, restringem-se as possibilidades de escolhas em seu interior.

Em relação às madrinhas, observa-se que, embora as cativas aparecessem em proporções expressivas, seus índices eram inferiores aos dos homens escravos que atuaram como padrinhos de africanos. Além disso, nota-se uma tendência, ao longo do período, à diminuição do percentual de madrinhas escravas e um aumento da opção pelas livres. Assim como observado para os padrinhos, a maior presença proporcional de madrinhas escravas registra-se até 1760. Além disso, os períodos de maior presença das

cativas entre as madrinhas também não correspondem às décadas de maior percentual de escravos pertencentes aos mesmos donos que os batizados. São dominantes as relações externas à escravaria na escolha das madrinhas.

A escolha de madrinhas e, sobretudo, de padrinhos livres se tornou progressivamente mais expressiva a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo da primeira metade do XIX. No entanto, raramente os senhores apadrinharam seus escravos. Apenas 1,1% dos padrinhos e madrinhas presentes nos batismos de adultos era constituído pelos próprios proprietários.

De uma maneira geral, constata-se um predomínio de pessoas de fora da escravaria atuando no apadrinhamento de escravos adultos. No entanto, uma melhor compreensão dessas vivências no cativeiro requer que sejam abordadas as teias constituídas no interior de cada escravaria.

3.2. Apadrinhamento de Escravos Adultos: Estudo de Casos

Ao iniciar a análise dos apadrinhamentos de escravos adultos, tomei como pressuposto que seria importante considerar a dimensão das escravarias para compreender as escolhas realizadas. Por isso, procurei cruzar as informações dos registros paroquiais de batismo com as encontradas nos inventários *post mortem* e nos mapeamentos populacionais da década de 1830. Tenho consciência de que a dimensão das escravarias não era estática e, portanto, não seria, necessariamente, a mesma, no momento dos batismos e da abertura dos inventários de seus proprietários. No entanto, não disponho de outro indício mais seguro para seguir.

Alguns inventariados não possuíam mais escravos, por ocasião de seu falecimento, embora o tenham possuído anteriormente. De qualquer modo, deduzo que essas situações envolveriam, principalmente, senhores de poucos cativos. Assim, por exemplo, encontrei o pardo forro Manoel Lourenço Mesquita, que foi identificado no mapeamento populacional da Vila de São João del Rei, em 1838, como mercador. Em 1856, quando da feitura de seu inventário, não possuía nenhum cativo. Mas, em 1823, fora batizada a sua escrava Rita, apadrinhada por dois homens livres. A substituição da

madrinha por um segundo padrinho foi observada, na região, também no batismo de crianças, tanto livres como escravas, e representava um efetivo descumprimento das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que determinavam que, no batismo, houvesse um padrinho e uma madrinha, não se admitindo “juntamente dois padrinhos e duas madrinhas”³. A presença de dois homens livres nesse apadrinhamento reforça a idéia de que, nas menores escravarias, esses laços se constituíam, sobretudo, para além de seus limites.

Na escravaria de Maria Angélica Almeida, constituída, em 1830, por cinco cativos, o apadrinhamento de João Mina também foi realizado por duas pessoas livres. Destaque-se que ambas possuíam ascendência cativa. O padrinho Joaquim Antonio Martins era pardo e a madrinha Custódia Antonia Vasconcelos, cabra.

Outra opção nas pequenas propriedades escravistas era o apadrinhamento por cativos de senhores diferentes dos do batizando. Lusía, escrava da crioula forra Ana Gonçalves Chaves, por exemplo, teve um padrinho livre e uma madrinha cativa de outra pessoa. Já José, escravo do preto forro José Silva Lima, foi apadrinhado por dois cativos de outras propriedades.

Parece claro que a pequena dimensão das escravarias impelia a escolhas externas de padrinhos e madrinhas. A única exceção que encontrei a esse padrão – ou seja, o apadrinhamento por pessoas de dentro da propriedade, nas de tamanho pequeno - foi o batismo de Joana Benguela, pertencente ao Alferes Antonio Francisco Silva. Seu padrinho foi um preto forro, mas sua madrinha foi Antonia Angola, também cativa do Alferes Antonio Francisco Silva.

Quadro diferente se observa em relação às unidades maiores, nas quais, a presença de cativos da própria unidade se torna mais freqüente. Assim, Tomás Benguela, escravo de Antonio Barbosa Nunes – que, em 1787, possuía 25 cativos – foi apadrinhado por outros dois escravos do mesmo senhor: Teresa crioula, de 17 anos de idade e Ventura Angola, casado, de 28 anos. A escolha de padrinho e madrinha jovens parece contradizer a idéia da escolha, pelos senhores, de cativos mais velhos para apadrinharem os recém-

chegados ao cativeiro, visando facilitar-lhes a adaptação à nova realidade. Vale destacar, porém, que, se os padrinhos em questão eram jovens, deviam possuir laços sociais já estabelecidos na escravaria. Teresa era crioula, possivelmente, nascida na própria propriedade⁴. Ventura era casado. Tratava-se, portanto, de cativos inseridos em teias familiares dentro da escravaria e que, por isso, poderiam facilitar o convívio de Tomás na comunidade escrava.

Essa motivação, porém, não necessariamente indica uma escolha senhorial. O próprio batizando poderia escolher seus padrinhos, visando essa melhor inserção na nova realidade em que passava a viver.

Escravaria de porte significativo era a de Tomás Mendes, que, em 1823, por ocasião de seu inventário, possuía 48 cativos. Embora sua propriedade se localizasse na Aplicação de Santa Rita, Termo da Vila de São José del Rei, pela jurisdição eclesiástica filiava-se à Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei. Entre 1812 e 1815, 12 escravos adultos a ele pertencentes foram batizados. Percebe-se a preferência por padrinhos e madrinhas pertencentes à mesma propriedade. Dos 12 padrinhos, pelo menos, dez eram escravos e nove pertenciam a Tomás Mendes. Dentre as madrinhas, os números se repetem e, mais do que isso, sempre que o padrinho era escravo de Tomás a madrinha também o era. O único casal de escravos que explicitamente não pertencia à escravaria a apadrinhar um cativo adulto foi formado por Inácio Angola e Faustina cabra. Ambos tinham à época do batizado, em 1815, cerca de 28 anos e pertenciam ao Capitão Jerônimo José Rodrigues, genro de Tomás Mendes e casado sucessivamente com duas filhas suas. A proximidade familiar dos proprietários poderia tanto justificar uma escolha senhorial dos padrinhos, quanto propiciar maior contato entre seus cativos, que se desdobrassem em laços de compadrio.

Vale destacar que alguns escravos de Tomás Mendes foram escolhidos como padrinhos e madrinhas de diversos cativos seus adultos: Eva foi madrinha de três; Ana e Tomásia, de dois cada uma; João, de dois; José, de três. Dentre as madrinhas identificadas, todas eram crioulas, à exceção de Juliana Benguela. Mas, esta era casada com Antonio

Benguela, e possuía, na ocasião dos três batismos em que atuou, em 1813, aproximadamente, 60 anos. Aliás, mesmo as crioulas, eram escravas já idosas, possuindo entre 40 e 50 anos de idade. Ou seja, nitidamente, tratavam-se de escravas já habituadas à vida no cativeiro, fosse por terem nele nascido ou por apresentarem uma idade avançada. Aptas por tanto a auxiliarem na adaptação dos novos cativos.

Em relação aos padrinhos, em sua maioria, não foram identificados no inventário, por isso, não pude inferir suas idades. Mas, José Benguela tinha, em 1813, quando apadrinhou três cativos, cerca de 50 anos de idade. Era, portanto, um ancião, também capaz de contribuir para a sociabilização dos batizados.

O Guarda Mor Manoel Costa Rios, casado com Ana Esméria Sousa, morador no Distrito de Nossa Senhora da Conceição da Barra, em 1813, quando foi feito seu inventário, possuía 77 escravos. No dia 14 de setembro de 1794, foram batizados seis cativos africanos de sua propriedade. Três duplas de padrinho e madrinha apadrinharam cada uma dois desses cativos. À exceção da forra Bárbara Ferreira Candelária, todos os demais padrinhos e madrinhas eram escravos do próprio Guarda Mor. Destes, apenas Rafael era de origem africana – Angola -, os demais eram crioulos.

As informações dessa escravaria reforçam a maior presença de padrinhos e madrinhas da propriedade nas unidades maiores. No entanto, se observarmos essa propriedade alguns anos mais tarde, quando Manoel Costa Rios já havia falecido e os cativos eram identificados como pertencendo à sua viúva, Dona Ana Esméria Sousa, a situação parecia ser outra. Embora o tamanho da propriedade não pareça ter diminuído – em 1842, quando foi feito o inventário de Ana Esméria, foram arrolados 78 cativos -, em três batismos de africanos, realizados em 1821 e 1822, apenas uma madrinha era cativa da mesma senhora. Os demais identificados eram livres, ainda que de ascendência escrava: Cândido Costa Rios e Manoel Mendes Sousa eram pardos e Lourenço José Martins e Maria Teodora eram crioulos.

Este caso parece sugerir que a dimensão da escravaria interferia, principalmente, na limitação imposta aos padrinhos internos à unidade, nas unidades

pequenas. No entanto, se esses cativos se faziam mais presentes nas escravarias maiores, os apadrinhamentos externos continuavam, nelas, expressivos. Exemplo contundente disso é a escravaria do Alferes Cândido Hermenegildo Branquinho, que, em 1832, vivia de roça e possuía 32 cativos. Os sete cativos africanos a ele pertencentes, batizados em 1819 e 1829, tiveram sempre padrinhos e madrinhas livres.

Em outras grandes escravarias, como a do Capitão Antonio Ferreira Carneiro, que, em 1801, contava com 87 cativos, tanto cativos da propriedade, como pertencentes a outros senhores e livres atuavam no apadrinhamento de batizados africanos.

Dois Africanos pertencentes ao Capitão Antonio Leite Ribeiro – que, em 1832, possuía 97 cativos – tiveram, respectivamente, padrinhos escravos sem explicitação dos senhores e escravos de terceiros.

Nesses casos, parece-me menos provável que as escolhas tenham sido realizadas pelos proprietários. Afinal, por que iriam eles escolher como padrinhos e madrinhas de seus escravos a mancipios de outros senhores? Esse tipo de interferência parece mais factível em apadrinhamentos internos à escravaria e por pessoas livres.

Caso de escolha senhorial parece ter sido o de Domingos Mina, escravo do Alferes Joaquim José Teixeira – proprietário, em 1832, da extraordinária cifra de 103 cativos e, em 1842, de 165 - , que foi apadrinhado por dois cunhados de seu senhor.

O que me parece claro, depois da observação de todos esses casos, é a impossibilidade de se estabelecer um padrão único para o apadrinhamento de africanos. Escolhas senhorias ou dos próprios cativos, padrinhos e madrinhas pertencentes ao mesmo senhor ou externos à escravaria – tudo isso estava presente nas práticas desses apadrinhamentos, em São João del Rei. E, às vezes, até mesmo coexistiam numa mesma propriedade.

Buscar favorecer a adaptação do cativo à nova realidade, na qual estava se inserindo, era um objetivo que poderia interessar tanto aos senhores, como aos próprios batizados.

Para além, porém, da definição do agente da escolha de padrinhos e madrinhas, é fato que os laços gerados por esse sacramento poderiam ser duradouros e favorecer os afilhados em situações de necessidade. Foi o que pude constatar em relação a Narcisa Mina, batizada em 16 de maio de 1768, como escrava do Capitão João Peixoto Amaral, apadrinhada por Domingos Fernandes Gomes e pela preta solteira Tomásia Maria Silva. Vinte e um anos depois de seu batismo, em 1791, reencontro Narcisa registrando sua alforria, comprada por 153\$000 à sua senhora, Dona Maria Leonarda da Silveira. Pois, bem nesse registro, consta a informação de que parte do valor de sua liberdade havia sido paga por ela e parte pelo seu padrinho, o Alferes Domingos Fernandes Gomes⁵. Em 21 anos, Narcisa mudou de senhor, mas manteve os laços que a ligavam a seu padrinho de batismo.

Pode-se argüir que se trata de um caso único. De fato, é muito difícil acompanhar a trajetória de cativos ao longo de anos, em virtude de vários fatores, tais como a ausência de sobrenomes, a mudança de senhores, a migração, a alforria, a troca de nomes, entre outros. Por isso, casos aparentemente singulares, podem representar possibilidades que estavam abertas a outros, mas que infelizmente escaparam aos registros legados à posteridade.

Este texto é resultado parcial do projeto de pesquisa “Sociabilidades e Identidades: Negros, Afro-descendentes e mestiços em São João del Rei – Séculos XVIII e XIX”, financiado pela FAPEMIG e desenvolvido em co-autoria com Anderson José Machado de Oliveira, Marcos Ferreira Andrade e Maria Tereza Cardoso.

* Pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos do Oitocentos – CEO/PRONEX-CNPq-FAPERJ.

¹ FERREIRA, Roberto Guedes. “O parentesco ritual na Freguesia de São José no Rio de Janeiro (séc. XIX)” in: *Sesmaria: Revisão do Núcleo de Estudos Históricos e Pesquisas Sociais*. Rio de Janeiro: NEHPS/FEUC, ano I, nº 1, 2001, pp. 53-54.

² FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 321.

³ ³ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra, Real Colégio da Cia. de Jesus, 1720, Livro Primeiro, Título XVIII.

⁴ Em 1766, foi batizada a inocente Teresa filha de João e Maria, todos escravos de Antonio Barbosa Nunes. Apesar da diferença em relação a idade a ela atribuída no inventário – 17 anos, devendo, portanto, ter nascido por volta de 1770 – talvez, se trate da mesma cativa.

⁵ Agradeço a Sheila de Castro Faria que me cedeu esse documento.